

005/86/007/2005
REC

A CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Auto de Infração nº F-2342/2005

PA COPAM 005/1986/007/2005



INDÚSTRIA DE RACÇÕES PATENSE LTDA, empresa com endereço na Estrada Patos Alagoas, Km 04, Fazenda Barreiro, Patos de Minas, CEP 38.700-062, inscrita no CNPJ sob nº 23.357.072/0001-96, por seus procuradores infra-assinados, inconformada, data venia, com a lavratura do **Auto de Infração nº F-2342/2005**, vem, respeitosamente, em conformidade com o que dispõe o artigo 43 do Decreto nº 44.844/08, apresentar

RECURSO

pelos fatos e fundamentos que a seguir articula.

Termos em que pede deferimento.

Patos de Minas, 17 de setembro de 2010.

MARIANA GOMES WELTER
OAB/MG 102.912


MARINA DA MATA LOPES AMORIM
OAB/MG 98.549


JOÃO PAULO CAMELLO DE CASTRO
OAB/MG 10.660


ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº362

Razões Recursais



1. Relato dos Fatos

Consta que em 23/08/2010 a empresa foi notificada, através do Ofício nº 891/2010 NAI/DMFA/FEAM, oportunidade em que foi informada sobre o indeferimento da defesa apresentada contra o Auto de Infração nº 2342/2005 e ainda sobre a decisão de aplicação da penalidade de multa de R\$ 50.001,00 nos termos dos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

O referido Auto de Infração nº F-2342/2005 foi lavrado em 19/04/2005 e imputou à empresa o cometimento da suposta irregularidade, *in verbis*:

Descumprir os seguintes itens das condicionantes de Revalidação da Licença de Operação:

4 – Apresentar declaração do Corpo de Bombeiros, relativa à adequação do sistema de prevenção e combate a incêndios;

5 – Apresentar projeto do sistema de controle de emissão atmosférica, no caso das emissões estarem acima dos limites permitidos pela DN COPAM 11/86;

6 – Apresentar projeto de adequação da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, caso os resultados de monitoramento continuem a demonstrar o não atendimento aos padrões de lançamento especificados na DN COPAM 10/86.

A mencionada autuação teve como fundamento legal o artigo 19, §3º, item 2 do Decreto nº 39.424/98, tendo sido imputada multa, inicialmente, no montante de R\$ 53.206,06, com suporte no artigo 1º, inciso III, alínea “c” (infração gravíssima, empreendimento de grande porte), c/c com o art. 2º, §1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM 27/98, alterada pela Deliberação Normativa 64/03.

Reza o dispositivo supra mencionado:

Decreto 39.424/98 - Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº362



§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

A ora recorrente apresentou defesa em 24/05/2005 e naquela oportunidade informou, em resumo, que:

- Condicionante 4 (apresentar declaração do Corpo de Bombeiros relativa à adequação do sistema de prevenção e combate a incêndios): "Para atender este condicionante, estamos enviando em anexo o Certificado nº 037/2004 de 17/06/2004, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – 5ºBBM/18ª Cia. BM, informando que o Projeto de Prevenção de combate a incêndio foi analisado e aprovado por estar em conformidade com as prescrições normativas e legislação em vigor. Até o final do ano (2005) estará implantado completamente o sistema.

- Condicionante 5: Providenciamos junto à empresa GMA – Guasques Monitoramento Ambiental Ltda. a realização da amostragem da chaminé.

Tendo em vista o resultado da análise ter ficado ligeiramente fora dos padrões estabelecidos, já providenciamos a melhoria do sistema de combustão da caldeira que são:

- troca da chaminé antiga e do coletor de fuligem;
- troca do exaustor por um de maior potência que dará melhor queima da lenha, originando assim menor volume de particulados.

Solicitou um prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de novo laudo de análise dos gases;

- Condicionante 6: Informou que o projeto executivo de adequação esta em fase final de elaboração pela empresa contratada, tendo requerido a dilação do prazo de 30 (trinta) dias para sua apresentação.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº362



Além disso, esclareceu que:

- O óleo resultante de trocas está sendo comercializado com a empresa PROLUBE Refino de Lubrificantes Ltda, empresa licenciada pela CETESB – São Paulo, tendo juntado cópia da Licença Ambiental da mesma;

- Sobre o projeto de adequação da área de recepção de matéria prima para evitar a emissão de odores e do sistema de drenagem, foi encaminhada cópia do projeto de adequação e sistema de drenagem, esclarecendo que a conclusão seria efetivada em 31/07/2004.

- Sobre a manutenção da limpeza do corpo receptor, informou que o local já se encontrava limpo, tendo demonstrado através de fotos.

Sobre as manifestações apresentadas pela recorrente, houve elaboração, em dezembro de 2008, de Parecer Técnico (GEDIN nº 266/2008) que ao final assim dispôs: "Durante a vistoria realizada em 24/09/2008, Auto de Fiscalização nº 18815/2008, referente ao PA COPAM nº 005/1986/008/2007, foi constatado que as caldeiras à lenha, com capacidade instalada de 6 t/h apresentavam sistema multiciclone. Quanto à ETE, a mesma encontrava-se em reforma estando prevista a instalação de um flotador com insuflador de ar, além da implantação de um tridecantes, para a separação do lodo, gordura e efluente tratado. Diante do exposto, tendo em vista as alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não há argumento que descaracterize a infração cometida, tendo em vista o não atendimento das condicionantes em tempo hábil, estabelecido quando da revalidação da Licença de Operação."

Já o parecer jurídico elaborado em 02/12/2009 concluiu pelo indeferimento da defesa, sendo aplicada uma penalidade de R\$ 50.001,00 nos termos dos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Entretanto, como restará sobejamente provado, o presente Auto de Infração não deverá prosperar da forma como lavrado.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº362



2 – Preliminarmente

2.1. Da Tempestividade

A Recorrente foi devidamente notificada da decisão sobre a defesa administrativa apresentada sobre o presente Auto de Infração no dia 23/08/2010, segunda-feira. Dessa forma, considerando que o prazo para interposição de defesa é de 30 (trinta) dias contados da notificação do auto de infração, conforme dispõe o artigo 43 do Decreto nº 44.844/08, verifica-se que o presente Recurso Administrativo é manifestamente tempestivo.

2. Do Mérito

2.1. Da comprovação do cumprimento das condicionantes constantes na revalidação da Licença de Operação.

Conforme se depreende pela análise do processo administrativo, a Indústria de Rações Patense, tão logo recebeu o Auto de Infração em comento, cuidou de encaminhar um ofício denominado “Resposta ao Of. DIALE 393/2005 de 28/04/2005”, então recebido como defesa administrativa, no intuito de esclarecer sobre as providências adotadas sobre as condicionantes de nºs 4, 5 e 6 de sua Licença de Operação Revalidada.

Em que pese a simples afirmação, tanto no parecer técnico, quanto no parecer jurídico, de que “os argumentos apresentados pelo autuado não apresentam alegações ou fatos novos que possam descaracterizar a pena aplicada”, é necessário levar em consideração que a empresa efetivamente já havia adotado ações para atender as condicionantes de sua licença de operação em revalidação, tanto é que apresentou: cópia do Certificado 037/20074 do Corpo de Bombeiros aprovando o Projeto de prevenção de combate a incêndio, informações sobre a melhoria do sistema de controle de emissões atmosféricas com a troca de diversos equipamentos, tendo protocolado em 24/01/2008 novo laudo de emissões (Protocolo nº R-009308/2008; e, por fim, sobre a elaboração do projeto de adequação da ETE, apresentou o referido projeto em 12/08/2005 (protocolo nº F045694/2005) que foi autorizado pela FEAM conforme Ofício DIALE nº 291/2006.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº 362

Nesse aspecto é importante relatar que em vistoria realizada em 24/9/2008 (AF 18815/2008) ficou constatado que a ETE encontrava-se em reforma estando prevista a instalação de um flotor com insuflador de ar, além da implantação de um tridecanter, para a separação do lodo, gordura e efluente tratado.



Veja-se ainda que, conforme demonstram os documentos anexos, a última revalidação da Licença de Operação da unidade de Patos de Minas da Indústria de Rações Patense se deu em 05 de junho de 2009 (LO nº 155), constando como condicionantes as seguintes determinações:

- 1- Concluir e dar início à operação das obras de adequação da ETE (Sistema de flotação com insuflador de ar e *tridecanter*), dando ciência ao órgão ambiental de cumprimento deste item por meio de envio de relatório fotográfico; (prazo de 30 dias)
- 2- Apresentar especificações técnicas do sistema de aero-condensadores, inclusive informando o número de equipamentos a serem adotados e explicitando a geração de efluentes líquidos e/ou resíduos sólidos e respectiva destinação final; (prazo de 60 dias)
- 3- Relatar ao órgão ambiental todos os fatos ocorridos na unidade industrial, que causem impacto ambiental negativo, imediatamente após a constatação (durante a vigência da Licença);
- 4- Realizar um programa de automonitoramento dos efluentes atmosféricos e resíduos sólidos, conforme definido pela FEAM no Anexo II (durante a vigência da Licença).

Para o deferimento da revalidação da Licença de Operação nº 155, em 05/06/2009, PA COPAM 0005/1986/008/2007, é indene de dúvidas que ao empreendedor cabe comprovar o cumprimento das condicionantes listadas na última Licença de Operação, no caso, aquela datada de 16/12/2003, cuja validade era de quatro anos.

Portanto, o deferimento da revalidação da LO 155 em 05/06/2009 é prova suficiente que a Indústria de Rações Patense cuidou de promover e executar as condicionantes de sua última licença revalidada. Conseqüentemente, pode-se constatar que as condicionantes listadas no presente Auto de Infração também já se encontram devidamente cumpridas.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº 362

Nesta oportunidade, anexa os relatórios de cumprimento das condicionantes da LO 155, cuja validade se estende até 05/06/2015.



2.2. Do correto enquadramento da infração.

Muito embora tenha constado no Auto de Infração ora contestado a suposta infração por *descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;* (Dec 39.424/98, artigo 19, §3º, item 2, não há qualquer evidência de efetiva degradação ambiental no processo administrativo.

Sendo assim, ausente a degradação ambiental, requer seja determinado novo enquadramento da infração descaracterizando a infração gravíssima, tratando a mesma como infração grave nos termos do artigo 19, § 2º, item 12 do Decreto nº 39.424/98, atualmente descrito sob o código 105 do Decreto nº 44.844/200, veja-se:

Código 105

*Especificação das Infrações Descumprir condicionantes aprovadas na Licença de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, **se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental**.*

Classificação Grave

- Pena multa simples,*
- ou multa simples e embargo da atividade ou obra em implantação;*
- ou multa simples, embargo e demolição de obras e das atividades em implantação;*
- ou multa simples e demolição de obra em implantação;*
- ou multa simples e suspensão da atividade em operação; ou multa simples, suspensão de*

atividades e demolição de obras das atividades em operação.

Outras cominações Quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº 362

2.3. Da aplicação da atenuante:

Apenas a título de argumentação, caso não seja determinado o reenquadramento da infração como grave, conforme acima exposto, requer a recorrente seja aplicada a atenuante prevista na alínea "a" do inciso I do artigo 68 do Decreto 44.844/2008 conforme as seguir exposto:

Prevê a referida atenuante a redução da multa em trinta por cento quando o infrator adotar medidas que visem limitar a degradação causada, se realizadas de modo imediato.

No presente caso, como restou demonstrado, a Indústria de Rações Patense foi autuada por não ter comunicado em tempo e modo corretos sobre o cumprimento das condicionantes constantes em sua Licença de Operação revalidada. Entretanto, mesmo após passado o prazo para comprovação do cumprimento das condicionantes, a recorrente demonstrou ao órgão ambiental a adoção das obrigações constantes nas referidas condicionantes.

Dessa forma, requer seja considerada a atenuante supra mencionada a fim de reduzir a penalidade aplicada em 1/3.

2.4. Princípio da proporcionalidade dos atos administrativos – Do Termo de Compromisso.

Considerando que o órgão ambiental dispõe de determinado prazo para análise dos processos administrativos e pretendendo evitar que pelo transcorrer do tempo o valor da multa seja aumentado em virtude da correção monetária aplicável, requer a **suspensão da exigibilidade das multas** previstas no auto de infração combatido, até o julgamento final do processo, mediante assinatura de Termo de Compromisso, tal com previsto no art. 47 do Decreto nº 44.844/08, senão vejamos.

*Art. 47. A defesa ou a interposição de recurso contra a penalidade imposta por infração às normas ambientais e de recursos hídricos não terão efeito suspensivo, **salvo mediante assinatura e cumprimento no prazo fixado pelos órgãos, do termo de compromisso firmado pelo infrator com a SEMAD e entidades vinculadas.***



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO

ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº362

SS 1º O Termo de Compromisso a que se refere o caput deverá ser requerido no prazo de apresentação da defesa ou do recurso.



O Decreto 44.844/2008 em seu artigo 63 e incisos, prevê ainda a possibilidade de conversão da multa em até 50% em medidas de controle ambiental, mediante assinatura de Termo de Compromisso com o Órgão Ambiental. Dessa forma, tendo a recorrente comprovado que adotou todas as medidas de controle ambiental previstas em suas condicionantes tendo, inclusive, já obtida nova revalidação, pleiteia pelo deferimento deste benefício previsto no Decreto Estadual em vigor.

Neste aspecto, vale destacar que a D. Procuradoria da FEAM já se posicionou em diversos casos sobre a possibilidade de deferir a redução em 50% do valor da multa, sem que tenha sido efetivamente assinado Termo de Compromisso, quando a empresa requereu a assinatura do referido Termo de forma tempestiva e ainda adotou medidas de reparação ou limitação do dano.

Sendo assim, requer, a princípio, seja deferida a redução de 50% sobre o valor da multa com fundamento do artigo 63, inciso I do Decreto 44.844/2008 e ainda, suspensa a aplicação da penalidade até o julgamento definitivo do processo, mediante a assinatura de Termo de Compromisso.

3- Conclusão

Diante de todo o exposto, requer seja o presente Recurso Administrativo fundamentadamente analisado para que sejam deferidos os pedidos nele expostos.

Termos em que pede deferimento.

Patos de Minas, 17 de setembro de 2010.

MARIANA GOMES WELTER
OAB/MG 102.912

MARINA DA MATA LOPES AMORIM
OAB/MG 98.549

JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
OAB/MG 10.660

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
JOÃO PAULO CAMPELLO DE CASTRO
ADVOGADOS ASSOCIADOS
OAB/MG Nº 362